

.....

Na última década, apareceu com maior nitidez a proposta de organizar a escolarização formal dos estudantes em ciclos. Desta forma, resolvemos evidenciar de que maneira o Estado de São Paulo vem trabalhando o sistema de ciclos e a política da progressão continuada. Em um outro momento, abordamos a visão de professores da rede pública sobre tais políticas educacionais. Buscamos levantar contribuições e reflexões acerca das políticas de não-reprovação visando um debate sobre a potencialidade e limitações de tais políticas, abrangendo tanto aspectos de inclusão social inerentes à proposta de não reprovação quanto o reducionismo economicista presente neste tipo de proposta.

Palavras-chave: Estado de São Paulo; Ciclos de formação; políticas educacionais; inclusão social; reducionismo economicista.

During the last decade, the proposal for the organization of the formal system of education in cycles has appeared with greater clarity. Thus, we decided to evidence the manner by which the State of San Paulo has been working under the cycle system and the policy of continuous progression. We also approach the vision of public school teachers on such educational policies. We researched contributions and reflections on the policies of social inclusion inherent to the proposition of non-reproval and the economicist reductionism of this type of proposition.

Keywords: State of San Paulo; Cycles of formation; educational policies; social inclusion; economicist reductionism

Progressão Continuada e Sistema de Ciclos: Reflexões Acerca das Políticas de não Reprovação.

Paulo Eduardo
Vasconcelos de

Paula Lopes

Geógrafo, Mestre em
Educação, Pós Graduado em
Política e Estratégia,
Bacharelado em Direito e
Prof. de Política e Legislação
Educativa na Faculdade
Bandeirantes (FABAN) em
Ribeirão Preto-SP.

Márcia

Cristina Modesto

Maques Zola

Graduanda em Pedagogia
na Faculdade Bandeirantes
(FABAN) em Ribeirão
Preto-SP.

Rita Helena

Porfírio

Graduanda em Pedagogia
na Faculdade Bandeirantes
(FABAN) em Ribeirão
Preto-SP.

Ciclos, progressão continuada, promoção automática, classes de aceleração são vocábulos introduzidos no cotidiano escolar nos últimos tempos. Tais fonéticos estão atrelados em uma rede de relações, posturas políticas, práticas e concepções que transitam de forma encoberta. Desta forma, nos propusemos, na cidade de Ribeirão Preto-SP, a analisar tais políticas educacionais e desvelar o significado de tais palavras para os professores da rede pública.

Hodiernamente, em especial nos últimos dez anos, a proposta de organizar a escolarização formal através de um sistema de ciclos, ganhou notoriedade e foi aplicado em vários Estados brasileiros.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96) abriu-se a possibilidade da aplicação de tal sistema, apoiado no artigo 23 da referida lei que versa:

“A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”. (BRASIL, p. 16, 2001).

Destarte, trazendo a baila tal discussão, vislumbra-se, ainda, muita confusão acerca do sistema de ciclos e a progressão continuada. Com efeito, a pri-

meira exige uma proposta global de redefinição de tempos e espaços da escola, enquanto a segunda é instrumental, ou seja, destina-se a viabilizar o fluxo de alunos e tentar melhorar sua aprendizagem com medidas de apoio como recuperação, reforço etc. (FREITAS, 2003).

O espaço mais notório da educação é a sala de aula e o tempo mais conhecido é o seriado para as atividades escolares.

Ambos dizem respeito à organização dos tempos e espaços da escola. O espaço mais notório da educação é a sala de aula e o tempo mais conhecido é o seriado para as atividades escolares.

A escola não é uma coisa, é uma relação, como bem salientou Pistrak (2002). Não é apenas um local, mas um local em que se estabelecem relações entre estudantes, professores, diretores, especialistas, pais etc. Essas relações é que devem ser o foco, e não as consequências delas.

Diz-se que a função da escola é prover o ensino de qualidade para todos os estudantes, sem distinções de credo, raça etc. Segundo tal versão, a desigualdade social deve ser compensada no interior da escola pelos recursos pedagógicos de que esta dispõe. Cabe à escola encontrar os meios de ensinar a todos.

Porém, vários estudos demonstram que não se pode transferir o problema da aprendizagem para a adequação ou não dos recursos pedagógicos da escola, ocultando a diversidade do nível socioeconômico dos alunos, do seu capital social e a aquisição de capitais culturais.

“... o rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família... e o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social – também herdado – que pode ser colocado a seu serviço.” (BOURDIEU, 2001, p. 74).

Porém, em contraponto, as mesmas pesquisas apontam que a escola pode fazer diferença nesta relação, uma vez que esta não é unidirecional e determinista.

Tal questão, portanto, permanece. O papel da escola é o de ensinar com qualidade a todos os seus alunos, sabedora que não está isolada e que os acontecimentos e a forma como a sociedade está organizada, ao redor dela, afetam o cumprimento deste papel.

A progressão continuada é uma das mudanças propostas pela nova Lei de Diretrizes e Base, LDB de 1996, e está alterando a rotina das escolas e fazendo com que os professores repensem seu trabalho e mudem suas estratégias de ensino. A Progressão Continuada é a evolução dentro dos ciclos.

“A Progressão Continuada permite uma nova forma de organização escolar, conseqüentemente uma outra concepção de avaliação. Se antes aprovava-se e reprovava-se ao final de cada série, agora se espera que a escola encontre diferentes formas de ensinar que assegurem a aprendizagem dos alunos e seu progresso intra e interciclos.

A denominação Progressão Continuada foi adotada, como enfatizam diversos textos oficiais, porque extrapola a compreensão da aprovação automática no sentido apenas de implementação de uma norma administrativa, mas contempla o aspecto pedagógico, a crença de que toda criança é capaz de aprender. Então, sempre ocorrerá progresso de aprendizagem mesmo que em níveis diferentes”. (FREITAS, p. 24, 2003)

A medida pode ser eficaz se na avaliação continuada, a recuperação de estudos for bem aplicada, dando à criança um entendimento constante e personalizado. (SOUZA & SILVA, 2002.).

“A progressão continuada implica o acompanhamento contínuo da aprendizagem e tem no processo de reforço e recuperação um recurso básico para sanar dificuldades e defasagens. É diferente da promoção automática, que é entendida como mecanismo em que o aluno vai sendo promovido independentemente de ser submetido a períodos de reforço e recuperação, e de frequência mínima de 75%”. (SÃO PAULO, 1998).

A nova política de sistema de ciclos pretende reorganizar a escola juntando séries, retirando da avaliação o poder de reter o aluno intra-séries de um “ciclo” e introduz inovações pedagógicas como forma de compensar os efeitos das diferenças socioeconômicas, em uma tentativa de permitir ritmos diferentes em espaços maiores de tempo.

Os ciclos não eliminam a avaliação formal, muito menos a informal, mas redefinem seu papel. As possibilidades efetivas de maior sucesso dependem das políticas públicas e das concepções de educação que estão na base dos ciclos, as quais, por sua vez, são limitadas pela realidade da organização social vigente.

A repetência série a série gerou uma prática que não levava em conta o desenvolvimento cognitivo da criança. O que o aluno havia assimilado em certo período era desconsiderado, apagado e ele era obrigado a aprender tudo novamente, não de onde havia parado, mas era como se não houvesse aprendido nada (São Paulo, 1998).

A lógica dos ciclos, para a escola, está no rompimento da seriação e pela adoção de um novo articulador para os tempos do espaço escola, baseado no desenvolvimento da criança e em suas vivências.

Faz-se oportuno ressaltar que a lógica da seriação não deriva da vontade dos professores ou dos agentes educacionais presentes nas escolas, mas é constituído por determinado tipo de organização sócio-política que, historicamente, construiu a escola com uma função social excludente e de dominação.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) constatou que 19 Estados já organizaram o ensino à sua maneira e será difícil encontrar Estados vizinhos com sistemas educacionais iguais.

O sistema de ciclos e a progressão continuada no Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo, de acordo com as Normas Regimentais para as Escolas Estaduais (Parecer CEE 67/98), as escolas poderão oferecer níveis, cursos e modalidades de ensino que se distribuem em: Ensino Fundamental, que será organizado em dois ciclos: ciclo I - 1ª a 4ª séries; ciclo II - 5ª a 8ª séries; e Ensino Médio, com três séries anuais.

Os alunos têm avaliação contínua e cumulativa, permitindo a constatação da necessidade de atividades de reforço e recuperação. Existem habilidades e conteúdos mínimos que devem ser dominados ao final de cada ano letivo, em cada série. O aluno que não atingir o patamar esperado é promovido para a série seguinte, com aulas de reforço e recuperação, tendo, também, a possibilidade de participar do programa de recuperação nas férias. Ao final de cada ciclo, caso o aluno não consiga superar todas as lacunas de aprendizagem, apesar das oportunidades oferecidas, poderá ser retido um ano para recuperação de conteúdos. A retenção é possível na 1ª, 2ª e 3ª séries do ciclo I, e na 5ª, 6ª e 7ª séries do ciclo II, quando os alunos apresentarem frequência insuficiente (menos de 75%) e desempenho insatisfatório.

Projetos de correção de fluxo e de organização da escolaridade em ciclos baseiam-se no modelo de racionalidade economicista, geralmente implantados com recursos de agências internacionais de financiamento...

Importante lembrar que, algumas vezes, os projetos de correção de fluxo e de organização da escolaridade em ciclos baseiam-se no modelo de racionalidade economicista, geralmente implantados com recursos de agências internacionais de financiamento, visan-

do a obtenção de maior produtividade e eficiência.

Eles visam acelerar a passagem dos alunos pela escola, aumentar o número de alunos concluintes, descongestionar o sistema de ensino, a reduzir gastos, etc. Em outras palavras, podem constituir-se como medidas mais voltadas para aspectos econômicos do que preocupadas e comprometidas em elevar a qualidade do ensino e formação para uma cidadania plena. (MAINARDES, J. 2001).

“No Ensino Fundamental, a forma de evolução do aluno é a progressão continuada, que é prevista na LDB e instituída em São Paulo, pela Deliberação CEE nº 9/97. Na progressão continuada, o aluno deve ter um acompanhamento contínuo da aprendizagem, com reforço e recuperação para sanar dificuldades e defasagens. A progressão no Ensino Médio é parcial, pois o aluno poderá levar para o ano seguinte até 3 disciplinas em que foi reprovado, avançando assim, normalmente os seus estudos”. (RAVAGNANI, p. 51, 2002).

A escola é mais complexa do que um conjunto de variáveis, e os valores dessas variáveis são de difícil estabilização e transferência para outras situações. A forma escola constitui-se em uma maneira de organizar o trabalho pedagógico a mando de funções sociais que são atribuídas as funções escolares. Assim, muitas estão sendo as dificuldades de aplicação destas novas políticas educacionais.

Entre os discursos mais proferidos, tais políticas “não funcionam” pois os professores são mal qualificados e inca-

implantação de projetos abruptamente, como o que estamos discutindo, o que leva a uma grande dificuldade de aplicação, falta de apoio das entidades públicas ligadas à educação, no sentido de criar oficinas, cursos etc que ajudassem na adaptação destes professores.

O discurso dos professores

No intuito de levantar os óbices da aplicação do sistema de ciclos e da progressão continuada, entrevistamos vários professores da rede pública acerca da aplicação de tais políticas educacionais na cidade de Ribeirão Preto-SP.

Procuramos fazer questionamentos simples, que versassem sobre os pontos principais das políticas educacionais em evidencia nesta pesquisa.

Os nomes citados neste trabalho, relativos aos professores que responderam ao questionário, serão colocados apenas com suas iniciais, no intuito de salvaguardá-los, uma vez que, a maioria só aceitou responder aos questionamentos se aceitássemos o anonimato.

Perguntamos, inicialmente, o que estes professores entendiam por progressão continuada e a maioria respondeu que a entende como um sistema de promoção automática.

“A progressão continuada permite ao aluno avançar para a série seguinte ainda que não tenha atingido todos os objetivos propostos. Há um número muito grande de alunos analfabetos ou quase analfabetos que chegam ao final de cada ciclo”

(Professora M. G. S. ensino fundamental, 1ª série).

“Não acho válido quando um processo se resume a simplesmente jogar¹ os alunos dentro de um sistema, deixando-os

sem amparo, sem ajuda real para superar suas dificuldades de aprendizagem e quando o ano letivo termina ela passa para a próxima etapa sem ter vencido a anterior” (Professora C. M. V. ensino fundamental, 3ª série).

A forma escola constitui-se em uma maneira de organizar o trabalho pedagógico a mando de funções sociais que são atribuídas as funções escolares.

pazes de mudar seu método educativo afim de adaptar-se às mudanças ocorridas na sociedade. Em contraponto, estes se defendem alegando má remuneração,

¹ A professora enfatizou tal palavra.

“Vejo como um recurso para atender à demanda da faixa etária correspondente ao ensino fundamental evitando evasão escolar, por exemplo, mas não vejo melhoria na educação”. (Professora V. G. ensino fundamental, 2ª série).

“Muitas vezes me sinto de mãos atadas em relação aos alunos que vêm à escola só para bagunçar, sem nada produzir. Neste caso, poderíamos repeti-lo”. (Professora S. M. Língua Portuguesa, ensino fundamental e médio).

Questionamos o fato de não haver mais reprovação intraciclos, apenas no final de cada ciclo, e perguntamos quais mudanças ocorreram em sua forma de avaliação.

“Se ficarmos em estratégias é claro que estão mais diversificadas e atualmente isto resulta em muitas observações e registro para efetuar um bom acompanhamento. Nossa forma de avaliação está se adaptando. No meu caso tenho a possibilidade de acompanhar a trajetória dos meus alunos em todo o ciclo e perceber as alterações que ocorrem neste percurso. Com certeza houve uma mudança” (Professora J. S. Educação Artística, ensino fundamental).

“A avaliação se dá ao longo do ciclo, o aluno como um todo, mas no Estado (colégio estadual) é difícil este acompanhamento, principalmente a partir da 5ª série. Com a falha no acompanhamento dos ciclos a avaliação fica comprometida” (Professor V. G. História, ensino fundamental e médio).

“Sempre trabalhei com diversos tipos de avaliação e continuo até hoje, não só a prova tem um peso total, é a participação, atividades diferenciadas, a presença etc. Neste sentido acho que se o professor fez tudo o que podia pelo aluno e ele não se interessou, não vejo porque ele fazer o último ciclo, senão os alunos da 4ª série vem sem serem alfabetizados e vão para o ensino médio sem nenhuma base”. (Professora J. C. Geografia, ensino fundamental e médio).

Indagamos acerca da disciplina dos alunos em sala de aula, visando saber se, no conceito dos professores entrevistados, houve piora ou melhora neste quesito após a aplicação do sistema de ciclos e da progressão continuada.

“Não acho que interferiu quando o aluno leva a sério o estudo. Mas, quanto aos que não levam, eles acham que tudo podem, pois não irão repetir mesmo”. (Professora S. M. Língua Portuguesa, ensino fundamental e médio).

“A disciplina em sala de aula com a progressão continuada piorou porque favoreceu a falta de compromisso do aluno em aprender porque de uma cultura de reprovação que tínhamos passamos a outra e não houve apoio para melhor concientização de alunos e familiares quanto ao compromisso com o aprender visando melhorar seus conhecimentos e não para

Questionamos o fato de não haver mais reprovação intraciclos, apenas no final de cada ciclo, e perguntamos quais mudanças ocorreram em sua forma de avaliação.

passar de ano” (Professora L. D. T. ensino fundamental, 4ª série).

“Alguns alunos nem tem noção direito sobre a progressão continuada, outros tem. Mas o que leva a maior parte à indisciplina é não conseguir ver a luz no fim do túnel” (Professora S. C. Geografia, ensino fundamental).

“O aluno que cai de pára-quedas nas salas de aula, exige conteúdos diferenciados, ficando desmotivados voltando-se para o lado da bagunça porque não consegue acompanhar os conteúdos” (Professora G. M. ensino fundamental).

Por fim, pedimos para que os mesmos avaliassem tais políticas educacionais, argumentando seus pareceres.

“Acho a progressão válida, mas é preciso vários ajustes. A criança com dificuldade de acompanhar os conteúdos daquela série ou daquele ciclo precisa de ajuda real e verdadeira, pois a ajuda só está no papel. Dentro da classe com o professor, nos horários de reforço (período contrário) e a ajuda da família também, se estes três se comprometerem com o processo pode haver sucesso ou então ele fica falho”. (Professora G. M. ensino fundamental, 3ª série).

“A política da progressão continuada e o sistema de ciclos, em teoria, é muito boa e é válida, porém, deveria ser oferecido a todos os professores da rede estadual, municipal e outros, oficina explicativa”. (Professora J. T. P. S. História, ensino fundamental e médio).

“No início achei que não seria muito problemática, mas com o passar dos anos sua invenção nos trouxe muitas dificuldades, tais como: crianças não alfabetizadas na 4ª série ou semi-alfabetizadas, falta de responsabilidade, falta de interesse por parte dos alunos e dos pais” (Professora C. C. ensino fundamental, 3ª série).

“Os ciclos precisam ser menores e a progressão continuada precisa ser reformulada para conseguir atender as necessidades dos alunos”. (Professora M. M. ensino fundamental, 2ª série).

“Deste ponto de vista a mudança ocasiona por tais políticas não foi boa, porque toda proposta legal da progressão continuada e do sistema de ciclos de assistência extra-aula do aluno com problemas de aprendizagem, assistência familiar e envolvimento social da família não foi cumprida e o resultado aí está. A escola e os professores fazem o impossível, milagres não acontecem”. (Professora L. D. T. ensino fundamental, 4ª série).

A organização da escolaridade em ciclos representa uma alteração radical na organização escolar, convencional-

Evidencia-se no discurso dos professores o descontentamento para com tais políticas educacionais... que, na prática não estariam funcionando. Mas por que não estão funcionando?

mente estruturada em séries. Desta forma, suscita alterações radicais na concepção de ensino, aprendizagem e avaliação, bem como diferenciados níveis de resistência na classe docente e da opinião pública em geral.

Assim, evidencia-se no discurso dos professores o descontentamento para com tais políticas educacionais, que, na prática não estariam funcionando. Mas por que não estão funcionando? Neste sentido, sociedade e professores ecoam o mesmo discurso: falta um salto de qualidade.

A prioridade para o acesso à educação fundamental, implementada pelo governo passado, praticamente estancou a formação de novos contingentes de analfabetos (pelo menos no papel).

Dessa forma, abriu-se caminho para novos desafios, como melhorar a qualidade do ensino fundamental, ampliar a pré-escola, romper o funil do ensino médio, fortalecer as universidades públicas e fiscalizar, com eficácia, as particulares, como espinha dorsal do sistema de ensino superior e da pesquisa científica e tecnológica.

A melhora da qualidade exige ampliar muito a qualificação dos professores: formação, incentivos a carreira e melhorias na condição de trabalho.

Requer, também, aprimorar a gestão do sistema, aumentar sua eficiência e reforçar o compromisso com o desempenho dos alunos.

Considerações Finais

É desnecessário lembrar que a reprovação é negativa em qualquer sistema de ensino. Ela traz repercussões negativas para os alunos (autoconceito negativo, estímulo à evasão escolar etc.) e para o próprio sistema de ensino (desperdício de recursos etc.). Se por um lado, entende-se

que a promoção deveria ser uma qualidade inerente ao sistema; por outro, a implantação de ciclos ou regime de progressão continuada (com a manutenção de séries) precisa ser cuidadosamente acompanhada e avaliada, com a finalidade de evitar-se tanto o rebaixamento da qualidade do ensino quanto o não atendimento das necessidades de aprendizagem dos alunos.

Tais políticas educacionais são medidas complexas que exigem compromisso público dos gestores, ampliação significativa dos investimentos no setor educacional e cuidadoso acompanhamento.

Na escola, urge a necessidade do acompanhamento do processo de aprendizagem para o delineamento de intervenções, garantindo a apropriação, pelos alunos, dos níveis desejados de aprendizagem.

No âmbito dos sistemas de ensino, há necessidade da avaliação permanente dos resultados obtidos e das dificuldades encontradas, garantindo, assim, o fortalecimento da função social da escola.

O capitalismo é uma forma social em decadência, assim, a formação do aluno deve prepará-lo, criticamente, para entender seu tempo e as mudanças que nele vão ocorrer, preparando-o para engajar-se na resolução destes proble-

mas e contradições, de forma que sua superação signifique um avanço para as classes menos privilegiadas e um acúmulo gradual e permanente de forças para a superação da própria sociedade capitalista.

Portanto, os ciclos devem planejar suas vivências sociais com forte vínculo com a realidade social, com forte ligação nesta atualidade, e não apenas como vivências associadas aos interesses de uma certa faixa de desenvolvimento da criança.

A compreensão da escola nesta atualidade contraditória em que a criança vive, contribuirá para compreender, igualmente, os limites da proposta de ciclos numa sociedade como a que vivemos.

Trata-se de vivenciar concretamente a vida social, de analisar os limites dessa vida social com vistas à sua superação.

Não significa que tal superação se limita a uma crítica difusa, mas uma clara intenção de superar a contradição básica, a exploração e alienação do homem pelo homem, respeitando os ritmos e vicissitudes de cada um.

Sem um esforço conjunto dos setores da administração pública ligados à educação, das escolas (unidades), da família e da sociedade civil organizada (vinculado aos esclarecimentos feitos aos pais e alunos), dos educadores e demais profissionais envolvidos, mudanças tão radicais como a organização em ciclos e a progressão continuada poderão fragilizar, ainda mais, a estrutura e funcionamento das escolas públicas que adotaram tais políticas, causando sérios prejuízos aos processos de aprendizagem e construção dos sujeitos.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. 3ª ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 2001 (Org. Maria A. Nogueira e Afrânio Catani).
- BRASIL, Lei de diretrizes e base da educação nacional: Lei 9394/96 (Lei Darcy Ribeiro) – Plano nacional de educação: Lei 10172/01 e legislação correlata complementar. 2ª ed. Bauru-SP, Edipro, 2001.
- FRANCO, C. (org) *Avaliação, Ciclos e Promoção na Educação*. Porto Alegre, Artmed, 2001.
- FREITAS, L. C. *Ciclos, Seriação e Avaliação: Confronto de lógicas*. São Paulo, Moderna, 2003.
- MAINARDES, J. *A organização da Escolaridade em Ciclos: Ainda um Desafio para os Sistemas de Ensino* in FRANCO, C. (org) *Avaliação, Ciclos e Promoção na Educação*. Porto Alegre, Artmed, 2001.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo, Expressão Popular, 2002.
- RAVAGNANI, M. C. A. *Fracasso Escolar: O discurso de Professores de Ciência no contexto das propostas da nova LDB, em especial, a Progressão Continuada*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR) da UNESP. 2002.
- SÃO PAULO, Secretaria de Estado da Educação. *A Organização do Ensino na Rede Estadual*. Orientação para as Escolas. 1998.
- SOUZA, P. N. P. & SILVA, E. B. *Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9394/96*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2002.